



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 113/2008 de 03 de abril de 2008

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE.

PROJETO-DE-LEI nº 081/2008 de 01 de abril de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento

ARQUIVADO EM: _____

Secretário-Geral

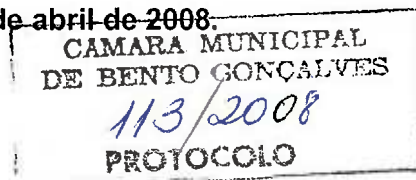
Lei Municipal nº 4.368/2008



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 082/2008 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 01 de abril de 2008.



Excelentíssimo Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 081 que **"AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE"**.

A Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural Cidadão Atitude é uma entidade sem fins lucrativos, a qual tem como meta contribuir para a proteção da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, visando a inclusão social, o desenvolvimento sócio-cultural, o exercício da cidadania e do voluntariado na comunidade, aprimorando e resgatando a auto-estima de grupos em situação de vulnerabilidade social.

O Município na sua constante preocupação em resgatar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, não poderia deixar de conveniar com a Associação visando a parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante do exposto, segue o incluso Projeto de Lei para apreciação dos nobres Vereadores, juntamente com a Minuta do Convênio a ser firmado, o qual é parte integrante do presente Projeto de Lei.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos **ossos** protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,


ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

APROVADO
Votação: Unica (2V)
Data: 08 / 04 / 2008
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 081, DE 01 DE ABRIL DE 2008.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
CULTURAL CIDADÃO ATITUDE.**

Art. 1º - É o Município de Bento Gonçalves autorizado a firmar convênio com a **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**, repassando o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, até o dia 05 (cinco) de cada mês, nos meses de abril a julho de 2008, para parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme minuta anexa e integrante desta lei.

Art. 2º - Em contrapartida a entidade conveniada compromete-se em:

- I – comparecer às audiências do Juizado Especial da Infância e Juventude, sempre que convocado, com a devida antecedência, pela autoridade competente;
- II – elaborar, através de sua equipe técnica, um Programa Individual de Atendimento, onde sejam planejadas as iniciativas e ações necessárias ao resgate e à inclusão social do jovem atendido, no que diz respeito à sua saúde, bem como, à sua vida familiar, social, profissional e escolar;
- III – celebrar parcerias e convênios com instituições, empresas ou profissionais visando a realização de avaliações clínicas, sociais, psicológicas, psiquiátricas, profissionais e pedagógicas, para que se possa construir melhores estratégias de resgate e inclusão dos jovens atendidos;
- IV – acompanhar os jovens atendidos encaminhando-os, quando necessário, para tratamentos clínicos, psicológicos, psiquiátricos ou para outros técnicos, quando se fizer necessário para a escola, caso estejam em situação de evasão e para empresas caso necessitem retomar ou iniciar suas carreiras profissionais;
- V – realizar reuniões individuais e em grupos com os pais, dando-lhes suporte para que possam contribuir no resgate de seus filhos;
- VI – realizar reuniões individuais e em grupo com os jovens, dando-lhes suporte social e psicológico no processo sócio-educativo a que estão submetidos;
- VII – elaborar relatórios, dando informações sobre a execução das medidas, bem como suas conquistas e dificuldades;
- VIII – oferecer cursos e oficinas voltadas à profissionalização dos jovens, nas suas próprias dependências ou encaminhando-os a outras instituições melhor estruturadas, se for o caso;
- IX – empreender todo o esforço possível para realização do efetivo resgate dos jovens atendidos, reduzindo assim a reincidência de atos infracionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei nº 081, de 01.04.2008 – fl. 02

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de recursos do orçamento vigente, na seguinte unidade orçamentária:
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
1301.0824400132.119 - Auxílios a Distribuir
3.3.50.43.00000000 – Subvenções Sociais – 313

Art. 4º - A entidade conveniada prestará contas dos valores recebidos, mensalmente, na Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento dos recursos, sendo que a liberação das parcelas fica vinculada à prestação de contas da parcela anterior e, para a última parcela, o prazo para prestação de contas é até 29 de agosto de 2008.

Art. 5º - O repasse do valor somente poderá ser concedido mediante a anexação da Certidão Negativa de Débitos da entidade com o Sistema de Seguridade Social.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e oito.

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Processo nº 2527, de 25.03.2008.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

MINUTA

**CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E A
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL
CIDADÃO ATITUDE**

O **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Marechal Deodoro, 70, inscrito no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001- 09, representado pelo Prefeito Municipal **ALCINDO GABRIELLI**, doravante denominado **CONVENIENTE** e a **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**, com sede na Rua General Góes Monteiro, 91, sala 01, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 06.100.111/0001-56, representado por seu Presidente **ROBERTO MIGLIAVACCA**, portador do RG nº 2029858731, inscrito no CPF sob nº 594.561.400-91, doravante denominada **CONVENIADA**, com fundamento na Lei Municipal nº 4.160, de 02 de julho de 2007 e na Lei Municipal nº, de, celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto repassar à **CONVENIADA** o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, nos meses de abril a julho de 2008, para parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em contrapartida, a entidade **CONVENIADA** compromete-se em:

I – comparecer às audiências do Juizado Especial da Infância e Juventude, sempre que convocado, com a devida antecedência, pela autoridade competente;

II – elaborar, através de sua equipe técnica, um Programa Individual de Atendimento, onde sejam planejadas as iniciativas e ações necessárias ao resgate e à inclusão social do jovem atendido, no que diz respeito à sua saúde, bem como, à sua vida familiar, social, profissional e escolar;

III – celebrar parcerias e convênios com instituições, empresas ou profissionais visando a realização de avaliações clínicas, sociais, psicológicas, psiquiátricas, profissionais e pedagógicas, para que se possa construir melhores estratégias de resgate e inclusão dos jovens atendidos;

IV – acompanhar os jovens atendidos encaminhando-os, quando necessário, para tratamentos clínicos, psicológicos, psiquiátricos ou para outros técnicos, quando se fizer necessário para a escola, caso estejam em situação de evasão e para empresas caso necessitem retomar ou iniciar suas carreiras profissionais;

V – realizar reuniões individuais e em grupos com os pais, dando-lhes suporte para que possam contribuir no resgate de seus filhos;

VI – realizar reuniões individuais e em grupo com os jovens, dando-lhes suporte social e psicológico no processo sócio-educativo a que estão submetidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

VII – elaborar relatórios, dando informações sobre a execução das medidas, bem como suas conquistas e dificuldades;

VIII – oferecer cursos e oficinas voltadas à profissionalização dos jovens, nas suas próprias dependências ou encaminhando-os a outras instituições melhor estruturadas, se for o caso;

IX – empreender todo o esforço possível para realização do efetivo resgate dos jovens atendidos, reduzindo assim a reincidência de atos infracionais.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor que trata a cláusula primeira será pago mensalmente, até o dia 05 (cinco) de cada mês e deverá ser depositado no Banco do Brasil, conta nº 38.633-2, agência 0181-3, em favor da **CONVENIADA**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONVENIADA** deverá movimentar os recursos financeiros, preferencialmente, em conta bancária específica, apresentando o extrato pertinente ao período do movimento.

CLÁUSULA QUINTA - A **CONVENIADA** deverá afixar em sua sede placa ou “banner”, em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela Secretaria Geral de Governo, contendo os seguintes dizeres: “ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA MUNICIPAL.”

Parágrafo único – A não afixação da placa ou “banner” ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Convênio vigorará da data que decorre de sua assinatura até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caso o **CONVENENTE** não mais desejar o Convênio, deverá notificar a **CONVENIADA**, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - A **CONVENIADA** deverá prestar contas dos valores recebidos, mensalmente, na Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento dos recursos, sendo que a liberação das parcelas fica vinculada à prestação de contas da parcela anterior e, para a última parcela, o prazo para prestação de contas é até 29 de agosto de 2008.

CLÁUSULA NONA – A **CONVENIADA** fica obrigada a restituir ao **CONVENENTE** eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira ao término do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – A **CONVENIADA** compromete-se em restituir ao **CONVENENTE** o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no convênio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A fiscalização do presente Convênio ficará a cargo da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O **CONVENIENTE** através dos servidores do Sistema de Controle Interno, deverá ter livre acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constituem motivos para rescisão do Convênio, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

- I - utilização dos recursos em desacordo com o objeto deste Convênio;
- II - aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 10 e parágrafos da Lei Municipal nº 4.160, de 02 de julho de 2007;
- III - falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É competente o Foro da Comarca de Bento Gonçalves, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste instrumento.

E por estarem assim certas e ajustadas e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Convênio em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Bento Gonçalves,

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE
Roberto Migliavacca

Testemunhas:

Processo nº 2527, de 25.03.2008.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 116/2008

Processo nº 113/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 081/2008, do Poder Executivo, que ***Autoriza o Município a Firmar Convênio com a Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural Cidadão Atitude.***

O presente projeto de lei, visa firmar convênio com a entidade que nomina, mediante o repasse do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, de abril a julho de 2008, para parceria nas despesas indicadas no Artigo 1º.

A entidade conveniada fará a contra-prestação necessária, conforme disposto no Artigo 2º, devendo prestar contas do recurso recebido, na forma do Artigo 4º.

O Artigo 3º, por sua vez, determina a conta de recursos do orçamento vigente, bem como a unidade orçamentária responsável pelas despesas do convênio.

A liberação do valor mencionado no Artigo 1º, fica condicionada à apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito com o Sistema de Seguridade Social, em nome da conveniada (Artigo 5º).

Desta feita, considerando os aspectos acima, ou seja, o auxílio financeiro, mediante contra-partida da beneficiária, a indicação da fonte do recurso e a prestação de contas, *essa Assessoria entende que, do ponto de vista jurídico, o projeto de lei em análise, possui as condições regulares de tramitação e votação.*

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo

OAB/RS 6.045

Bel. Jacqueline Menegotto

OAB/RS 51.007

Bel. Aloísio De Nardin

OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

Plad
11/08
C.S.

PROCESSO Nº 113/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE.

PARECER: COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 113/2008 que **AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**, exaram o seguinte parecer:

O presente projeto visa firmar convênio com a Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural Cidadão Atitude, repassando o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, nos meses de abril a julho de 2008, para parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

/Essa Comissão é de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação, cabendo ao Soberano Plenário a sua decisão.

É o parecer.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2008.

Vereador **JAIR BARLEFI**

Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**

Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 113/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: **Autoriza o Município a firmar convênio com a Associação para o desenvolvimento Sócio-Cultural Cidadão Atitude.**

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após procederem a análise do processo 113/2008, que **Autoriza o Município a firmar convênio com a Associação para o desenvolvimento Sócio-Cultural Cidadão Atitude,** são de parecer que a matéria de condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2008.


Vereador **VALDECIR RUBBO**

Presidente


Vereador **ROBERTO CAINELLI**

Vice-Presidente


Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 4.368, DE 09 DE ABRIL DE 2008.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
CULTURAL CIDADÃO ATITUDE.**

ALCINDO GABRIELLI, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - É o Município de Bento Gonçalves autorizado
a firmar convênio com a **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**, repassando o valor de R\$ 3.000,00 (três mil
reais) mensais, até o dia 05 (cinco) de cada mês, nos meses de abril a julho de
2008, para parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade
assistida e prestação de serviços à comunidade, em conformidade com o Estatuto
da Criança e do Adolescente, conforme minuta anexa e integrante desta lei.

Art. 2º - Em contrapartida a entidade conveniada
compromete-se em:

- I – comparecer às audiências do Juizado Especial da Infância e Juventude, sempre
que convocado, com a devida antecedência, pela autoridade competente;
- II – elaborar, através de sua equipe técnica, um Programa Individual de
Atendimento, onde sejam planejadas as iniciativas e ações necessárias ao resgate
e à inclusão social do jovem atendido, no que diz respeito à sua saúde, bem como,
à sua vida familiar, social, profissional e escolar;
- III – celebrar parcerias e convênios com instituições, empresas ou profissionais
visando a realização de avaliações clínicas, sociais, psicológicas, psiquiátricas,
profissionais e pedagógicas, para que se possa construir melhores estratégias de
resgate e inclusão dos jovens atendidos;
- IV – acompanhar os jovens atendidos encaminhando-os, quando necessário, para
tratamentos clínicos, psicológicos, psiquiátricos ou para outros técnicos, quando se
fizer necessário para a escola, caso estejam em situação de evasão e para
empresas caso necessitem retomar ou iniciar suas carreiras profissionais;
- V – realizar reuniões individuais e em grupos com os pais, dando-lhes suporte para
que possam contribuir no resgate de seus filhos;
- VI – realizar reuniões individuais e em grupo com os jovens, dando-lhes suporte
social e psicológico no processo sócio-educativo a que estão submetidos;
- VII – elaborar relatórios, dando informações sobre a execução das medidas, bem
como suas conquistas e dificuldades;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 4.368, de 09.04.2008 – fl. 02

VIII – oferecer cursos e oficinas voltadas à profissionalização dos jovens, nas suas próprias dependências ou encaminhando-os a outras instituições melhor estruturadas, se for o caso;

IX – empreender todo o esforço possível para realização do efetivo resgate dos jovens atendidos, reduzindo assim a reincidência de atos infracionais.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de recursos do orçamento vigente, na seguinte unidade orçamentária:

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1301.0824400132.119 - Auxílios a Distribuir

3.3.50.43.00000000 – Subvenções Sociais – 313

Art. 4º - A entidade conveniada prestará contas dos valores recebidos, mensalmente, na Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento dos recursos, sendo que a liberação das parcelas fica vinculada à prestação de contas da parcela anterior e, para a última parcela, o prazo para prestação de contas é até 29 de agosto de 2008.

Art. 5º - O repasse do valor somente poderá ser concedido mediante a anexação da Certidão Negativa de Débitos da entidade com o Sistema de Seguridade Social.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos nove dias do mês de abril de dois mil e oito.


ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

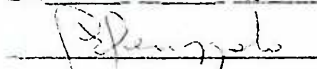
Registre-se e Publique-se


Patrícia Brun Perizzolo
Procuradora-Geral do Município

Processo nº 2527, de 25.03.2008.

Registrado (a) às fls. 082v
e publicado (a)

Em 09 / 04 / 2008





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

MINUTA

**CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E A
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL
CIDADÃO ATITUDE**

O **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Marechal Deodoro, 70, inscrito no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal **ALCINDO GABRIELLI**, doravante denominado **CONVENIENTE** e a **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**, com sede na Rua General Góes Monteiro, 91, sala 01, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 06.100.111/0001-56, representado por seu Presidente **ROBERTO MIGLIAVACCA**, portador do RG nº 2029858731, inscrito no CPF sob nº 594.561.400-91, doravante denominada **CONVENIADA**, com fundamento na Lei Municipal nº 4.160, de 02 de julho de 2007 e na Lei Municipal nº, de, celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto repassar à **CONVENIADA** o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, nos meses de abril a julho de 2008, para parceria na execução de medidas sócio-educativas, de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em contrapartida, a entidade **CONVENIADA** compromete-se em:

- I – comparecer às audiências do Juizado Especial da Infância e Juventude, sempre que convocado, com a devida antecedência, pela autoridade competente;
- II – elaborar, através de sua equipe técnica, um Programa Individual de Atendimento, onde sejam planejadas as iniciativas e ações necessárias ao resgate e à inclusão social do jovem atendido, no que diz respeito à sua saúde, bem como, à sua vida familiar, social, profissional e escolar;
- III – celebrar parcerias e convênios com instituições, empresas ou profissionais visando a realização de avaliações clínicas, sociais, psicológicas, psiquiátricas, profissionais e pedagógicas, para que se possa construir melhores estratégias de resgate e inclusão dos jovens atendidos;
- IV – acompanhar os jovens atendidos encaminhando-os, quando necessário, para tratamentos clínicos, psicológicos, psiquiátricos ou para outros técnicos, quando se fizer necessário para a escola, caso estejam em situação de evasão e para empresas caso necessitem retomar ou iniciar suas carreiras profissionais;
- V – realizar reuniões individuais e em grupos com os pais, dando-lhes suporte para que possam contribuir no resgate de seus filhos;
- VI – realizar reuniões individuais e em grupo com os jovens, dando-lhes suporte social e psicológico no processo sócio-educativo a que estão submetidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

VII – elaborar relatórios, dando informações sobre a execução das medidas, bem como suas conquistas e dificuldades;

VIII – oferecer cursos e oficinas voltadas à profissionalização dos jovens, nas suas próprias dependências ou encaminhando-os a outras instituições melhor estruturadas, se for o caso;

IX – empreender todo o esforço possível para realização do efetivo resgate dos jovens atendidos, reduzindo assim a reincidência de atos infracionais.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor que trata a cláusula primeira será pago mensalmente, até o dia 05 (cinco) de cada mês e deverá ser depositado no Banco do Brasil, conta nº 38.633-2, agência 0181-3, em favor da **CONVENIADA**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONVENIADA** deverá movimentar os recursos financeiros, preferencialmente, em conta bancária específica, apresentando o extrato pertinente ao período do movimento.

CLÁUSULA QUINTA - A **CONVENIADA** deverá afixar em sua sede placa ou "banner", em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela Secretaria Geral de Governo, contendo os seguintes dizeres: "ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA MUNICIPAL."

Parágrafo único – A não afixação da placa ou "banner" ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Convênio vigorará da data que decorre de sua assinatura até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caso o **CONVENENTE** não mais desejar o Convênio, deverá notificar a **CONVENIADA**, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - A **CONVENIADA** deverá prestar contas dos valores recebidos, mensalmente, na Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento dos recursos, sendo que a liberação das parcelas fica vinculada à prestação de contas da parcela anterior e, para a última parcela, o prazo para prestação de contas é até 29 de agosto de 2008.

CLÁUSULA NONA – A **CONVENIADA** fica obrigada a restituir ao **CONVENENTE** eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira ao término do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – A **CONVENIADA** compromete-se em restituir ao **CONVENENTE** o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
- III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no convênio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A fiscalização do presente Convênio ficará a cargo da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O **CONVENIENTE** através dos servidores do Sistema de Controle Interno, deverá ter livre acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constituem motivos para rescisão do Convênio, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

- I - utilização dos recursos em desacordo com o objeto deste Convênio;
- II - aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 10 e parágrafos da Lei Municipal nº 4.160, de 02 de julho de 2007;
- III - falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É competente o Foro da Comarca de Bento Gonçalves, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste instrumento.

E por estarem assim certas e ajustadas e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Convênio em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Bento Gonçalves,

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ATITUDE**
Roberto Migliavacca

Testemunhas:

Processo nº 2527, de 25.03.2008.

113
V.F.